

A documentação histórica arquitetônica: conceitos historiográficos para a fragmentação do tempo

Mariela Mezalira,
Daniel de Carvalho Moreira*

Resumo A compreensão histórica arquitetônica exige múltiplos panoramas para transmissão do conhecimento acerca da conceitualização e materialização da disciplina. A documentação por livros de história da arquitetura, possibilita leituras contemporâneas de registros, esboçando mudanças temporais conforme as narrativas documentadas fundamentam eventos, artefatos, genealogias e interpretações historiográficas arquitetônicas em multiplicidade de vozes autorais, enunciando diferentes composições e percepções do tempo. Intenções autorais buscam, nas construções narrativas, diferentes estratégias de seleção e divisão de passagens históricas em unidades arquitetônicas conforme teorias, discursos ou parâmetros. A fragmentação da continuidade histórica da arquitetura possibilita abordagem por uma série classificatória de conceitos historiográficos para estruturação do conteúdo da publicação no tempo. O artigo propõe a revisão, de caráter teórico, desse cenário na articulação narrativa arquitetônica documental.

Palavras-chave: historiografia da arquitetura, conceito historiográfico, período arquitetônico.

Documentación histórica arquitectónica: conceptos historiográficos para la fragmentación en el tiempo

Resumen La comprensión histórica arquitectónica requiere panoramas para la transmisión de conocimientos sobre la conceptualización y materialización de la disciplina. La documentación por libros de historia de la arquitectura permite lecturas de registros, esbozando cambios temporales a medida que las narraciones fundamentan eventos, artefactos, genealogías e interpretaciones historiográficas arquitectónicas en una multiplicidad de voces autorales, enunciando composiciones y percepciones del tiempo. Intenciones autorales buscan estrategias para seleccionar y dividir pasajes históricos en unidades arquitectónicas según teorías, discursos o parámetros. La fragmentación de la continuidad histórica de la arquitectura permite aproximarse a través de una serie clasificatoria de conceptos historiográficos para estructurar el contenido de la publicación. El artículo propone una revisión teórica de este escenario en la articulación narrativa arquitectónica documental.

Palabras clave: historiografía de la arquitectura, concepto historiográfico, periodo arquitectónico.

Architectural historical documentation: historiographic concepts for timing fragmentation

Abstract Understanding architectural history requires multiple panoramas to transmit conceptualization and materialization knowledge about the discipline. Documentation through architectural history books enables records contemporary readings, outlining temporal changes as the documented narratives support events, artifacts, genealogies and architectural historiographical interpretations in multiplicity of authorial voices, enunciating different compositions and perceptions of time. Author' intentions pursue, in their narrative constructions, different strategies for selecting and dividing historical passages into architectural units according to theories, discourses or parameters. The historical continuity fragmentation of architecture enables the approach for a classificatory series of historiographic concepts for structuring the publication content over time. The article proposes a theoretical review of this scenario in the documentary architectural narrative articulation.

Keywords: Architectural historiography, historiographic concept, architectural period.

A história da arquitetura é construída a partir de uma variedade de contribuições intelectuais e acadêmicas, de diferentes origens, o que implica em diferentes perspectivas analíticas do passado. Nos últimos dois séculos, os historiadores da arquitetura estabeleceram conceitos estruturais que se tornaram unidades históricas de narrativa, como os conceitos de estilo, linguagem, tipo ou paradigma.

A fragmentação da continuidade histórica da arquitetura em estilos ou períodos é uma das abordagens mais antigas e tradicionais dessas narrativas arquitetônicas (LEACH, 2010). Historiadores de arquitetura não utilizam exclusivamente uma divisão temporal, mas baseiam-se em divisões cronológicas na seleção e sistematização de sua narrativa arquitetônica, e frequentemente empregam combinações entre unidades históricas.

Arnold (2002) estabelece que a história arquitetônica pode ser narrada por duas maneiras: a narrativa pelo estilo (*narrative of style*) – que permite a ordenação da produção arquitetônica em categorias estéticas e diferentes padrões narrativos – e a narrativa pelo autor arquiteto (*narrative of author - architect*). Conseqüentemente, a relevância historiográfica de um livro de arquitetura depende da seleção dos conceitos instrumentais pelos quais o narrador autor interpretará fatos e eventos.

As durações históricas

A construção da narrativa historiográfica da arquitetura é fundamentalmente baseada na organização do tempo: a ordenação temporal dos fatos constitui a base comum para que a produção arquitetônica possa ser relacionada ao contexto que a gerou. Além da ordenação do tempo, a duração dos seus períodos constitui uma abordagem narrativa, como as categorias de duração temporal dos fenômenos históricos propostas pelo historiador francês Fernand Braudel (1978): os de curta duração (fatos pontuais, ou acontecimentos), os de média e os de longa duração.

Os fenômenos de curta duração possuem um papel em um momento histórico, um episódio que arquitetonicamente pode ser comparado à produção de uma obra ou um projeto. É importante ressaltar que mesmo sendo um acontecimento, sua relevância ou seu peso histórico pode permanecer e estender-se ao longo de outros períodos. Os de média duração comportam-se em sistemas temporais cíclicos, de dez a cinquenta anos, como por exemplo a vida projetual de um arquiteto, a formação de um novo estilo ou uma fase de um estilo. Os fenômenos de longa duração seriam aqueles que Braudel nomeia de *história estrutural*, que muitas vezes não são percebidos pelo historiador por sua permanência secular, como a história urbana, a linguagem clássica (mesmo com associações ideológicas diferentes no tempo) ou certos tipos arquitetônicos.

Waisman (2013) ressaltou que a categorização por duração temporal é um *instrumento de reflexão* e não algo automático ou genérico. Cada fenômeno deve ser analisado por meio crítico quanto ao seu momento de criação e sua permanência de valores,

* Mariela Mezalira é Arquiteta e Urbanista, Professora nos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil na Faculdade Anhanguera de Limeira, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-4046-8340>>. Daniel de Carvalho Moreira é Arquiteto e Urbanista, Professor na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-7219-4006>>.

caracterizando uma leitura dupla de todos os fatos arquitetônicos: a leitura conjuntural e a leitura ampliada no tempo.

Quase todas as obras significativas na história da arquitetura nos mostrarão essa dupla leitura, uma vez que cumprem a condição especial da obra de arte de ser um objeto historicamente fechado e, simultaneamente, presente no tempo do observador. Contudo, além disso, suas propriedades “produtivas”, sua capacidade de engendrar ideias, correntes, tendências, de abrir perspectivas inéditas ou de consolidar em uma realização concreta um conjunto de ideias dispersas, podem fazer com que transcenda amplamente o momento de seu aparecimento. (WAISMAN, 2013, p.72)

Da mesma forma, essa transcendência de significados de uma obra ou ideia arquitetônica pode influenciar outras produções, continuamente ou intermitentemente, resultando em quebras de tendências e de referenciais, assim como seus *revivals* (renovações) e reinterpretações. A historiografia arquitetônica produz conteúdos em que unidades históricas são revistas ou esquecidas, valorizadas e desvalorizadas, criticadas ou subjugadas em contínuos modos de expressão.

A necessidade de estabelecer articulações históricas faz com que, a partir do conhecimento arquitetônico, sejam definidas unidades temporais, configurando continuidades ou descontinuidades. Essas linhas de pensamento criadas por autores historiadores percorrem a história da arquitetura formando construções historiográficas. Assim, na arquitetura, a percepção da passagem de épocas não é linear, mas multidirecional, formando redes de influência.

É possível acompanhar uma continuidade histórica através do desenvolvimento do pensamento arquitetônico, que revela uma lógica onde graus de continuidade podem ser mapeados e narrados, inspirando descobertas historiográficas. Da mesma forma, apresenta diferentes ritmos de desenvolvimento, com saltos, lacunas e anacronismos. (WAISMAN, 1972; 2013).

A construção historiográfica baseia-se em seleções autorais para narração de seus protagonistas arquitetônicos históricos. Segundo Montaner (2014), essa divisão pode ser resumida entre três durações históricas: a primeira refere-se às arquiteturas monumentais do passado (Egito, Grécia, Roma, Idade Média, Renascimento); a segunda, ao século XIX (ecletismo, decorativismo, a profusão de estilos, a decadência do academicismo – com ressalvas às obras de engenharia, a arquitetura de ferro e vidro, e alguns pioneiros como William Morris); e a terceira, ao período inicial da arquitetura moderna, a partir do século XX.

A fragmentação do tempo histórico

A fragmentação da continuidade histórica da arquitetura é apresentada por uma série de abordagens de conceitos historiográficos de divisão temporal. A seleção depende, portanto, de cada autor historiador na construção de sua argumentação teórica e condução narrativa de sua obra. A partir de uma revisão bibliográfica da literatura, é apresentada uma estrutura do conjunto dos principais divisores da historiografia em arquitetura.

Segundo Eco (1974, p. 67) *estrutura é um sistema regido por uma coesão interna, visível somente quando posta em evidência pela comparação de fenômenos diferentes entre si e pela redução desses fenômenos ao mesmo sistema de relações.*

Portanto as referências evidenciadas por um autor historiador baseiam-se nas relações das unidades históricas arquitetônicas escolhidas dentro de uma estrutura associativa ao seu conjunto e seu contexto. Sistematizar essas relações no campo arquitetônico dentro de uma publicação, por meio da fragmentação em partes, facilita ao leitor a compreensão de pautas e contextos, organizando culturalmente um sistema de conteúdo e relações que impliquem na existência de um ponto de vista escolhido pelo autor. A estrutura programática histórica se configura da própria definição dos instrumentos historiográficos utilizados nas seleções históricas. A exemplo, o tipo arquitetônico pode ser a ênfase delimitadora de uma história estrutural particular quando analisado sua longa duração, sendo convertido como um conceito estável para a sua referência frente àquela narrativa da história da arquitetura.

Período

Dentro do contínuo histórico, uma narrativa exige a definição de unidades que permitirão localizar os objetos arquitetônicos selecionados em um contexto, possibilitando sua compreensão. Essa unidade deve estar relacionada também ao conjunto global temporal da história, no caso da história da arquitetura.

As unidades históricas arquitetônicas são visões do autor historiador frente a compreensão de sua realidade, da construção de seu pensamento organizando juízos históricos pelos quais é feita a narração de seu testemunho.

A organização em *períodos* torna possível a classificação e a transmissão de significados conforme funções, valores ou ideologias. A consciência histórica do presente determinante de um momento histórico distinto também justifica a *periodização*, ou seja, a *segregação de obras e eventos em categorias cronológicas ou estilísticas separadas* (NESBITT, 2013, p.47). Essa operação, segundo Nesbitt (2013), configura uma *visão historicista da história*, como tentativa de expressão do *Zeitgeist* - o espírito da época - com uma interpretação única e exclusiva aplicada em um momento presente, determinando a criação de *estilos* singulares.

Dentro da história da arquitetura e das artes, a periodização também se revela no Renascimento junto a uma *consciência da modernidade da própria posição* (WAISMAN, 2013), como meio de validação histórica da Antiguidade e quebra com modelos da Idade Média. Assim, ao conscientemente mudar uma posição como solução arquitetônica, períodos são criados para denominar uma arte, seja *moderna*, do passado antigo ou passado recente, conforme uma explícita valoração positiva ou negativa de certo período artístico.

A definição de unidades históricas, intrinsecamente, relaciona-se com séries de características que as diferenciam sobre o conjunto, e seus limites (inícios e fins), e são normalmente fixadas por mudanças e causas que sejam marcos ou referências a seu próprio tempo.

A periodização entre arquitetura e arte perde seu paralelismo a partir do século XIX. A arte passa a ser percebida ao longo desse século como sucessivas ações e reações, rompendo tradições com novas propostas, novos pontos de vista formais e reconstituições artísticas. A arquitetura não segue a mesma linha formalista, onde a função passa a ser ideológica e fundamental no processo criativo dos arquitetos: novos códigos simbólicos históricos passam a ser referenciados na busca de adaptá-los ou interpretá-los em novas expressões arquitetônicas.

[...] A arquitetura, diferentemente da arte, não elabora formas de visão, e sim códigos de comunicação. Ao desembocar na desvalorização da linguagem, parecia consumado o divórcio entre as teorias da arte e da arquitetura. (WAISMAN, 2013, p.21)

A partir do século XX, a incorporação de aspectos ideológicos específicos da arquitetura, como correntes arquitetônicas locais e universais, além de condições sociopolíticas-econômicas nas práticas também passa a possibilitar separações periódicas, com destaque para a tipologia programática de edifícios como respostas às demandas sociais.

A questão da complexidade que se forma a partir desse momento com a pluralidade e coexistência de ideias arquitetônicas transforma o papel da rígida periodização em irrealidade. A multiplicidade projetual torna-se predominante na arquitetura contemporânea, e transformações e inovações em características arquitetônicas passam a ser contadas em décadas e até mesmo em anos.

Estilo

O historiador de arte e arquitetura americano James Ackerman (1994) descreve *estilo* como um *conjunto distintivo de certas características mais ou menos estáveis* onde [...] *para que a história seja escrita, devemos encontrar naquilo que estudamos fatores que são ao mesmo tempo consistentes o suficiente para serem distinguíveis e mutáveis o suficiente para ter uma "história"* (ACKERMAN, 1994, p. 3, tradução nossa).

A definição estilística em objetos artísticos e arquitetônicos não permanece intacta com o tempo, podendo sofrer alterações em suas características ou em seus valores. Portanto, concepções, intenções e fatos que caracterizavam um artefato ou um arquiteto no momento de criação podem se perder ou se transformar. A análise pelo estilo possibilita resgatar esse passado sem entrar no mérito de uma doutrina rigorosa, onde o principal material a ser investigado é o próprio edifício em sua decoração, detalhes e organização visual de elementos.

O historiador de arte francês Henri Focillon (1996) define *estilo* conforme três componentes: os elementos formais (vocabulário); as relações (sintaxe); e o desenvolvimento desse sistema no tempo. Portanto, o estilo pode ser base de investigação teórica ou metodológica ou servir de princípio ou instrumento de análise em exemplos arquitetônicos.

A definição de estilos e transições é constantemente debatida dentro da história da arquitetura. Na historiografia europeia, os *estilos* tornam-se pontos de partida de uma historiografia universal, caracterizando períodos baseados em critérios de elementos, ornamentos, formas espaciais e estruturais. Com o aparecimento de novas ideias

arquitetônicas, características construtivas e contextos, definem-se novos estilos. Nas palavras de Waisman (2013, p.58) estilo é *um código que possui elementos combináveis, uma determinada norma sintática e um desenvolvimento histórico*. Portanto os limites de cada período baseiam-se tanto nas causas dessas transformações quanto no momento do início da mudança de códigos e a formação de um novo para substituí-lo, diferente daquele que o antecede.

Tipologia

As ciências aliadas à cultura constituem conceitos gerais para caracterizar e organizar o particular dentro do geral (CASSIRER, 1942 *apud* WAISMAN, 2013), permitindo o surgimento de conceitos tais como *estilo, período, tipo, estrutura*, etc. No campo arquitetônico apresenta-se o *tipo* – como indicador de instância individual - e *tipologia* – como indicador de instância geral.

Para Nesbitt (2013, p.51) o *tipo* é frequentemente associado à função (uso) e à tectônica (sistemas estruturais). Já a *tipologia* é caracterizada como *um catálogo de soluções gerais para problemas de composição arquitetônica, idealizado até o mais alto nível diagramático*.

Classificações arquitetônicas por *tipo* na organização de objetos arquitetônicos, nos séculos XVIII e XIX, associaram-se a fenômenos externos à disciplina como biologia e ciências naturais (hierarquias de *espécies* dentro de *famílias*). A abordagem empírica em categorização de tipologias arquitetônicas foi determinante no ato de escrever sobre arquitetura. Younés (1999, p.51, tradução nossa) apresenta o discurso de Antoine Quatremère de Quincy em sua obra *Dictionnaire historique d'architecture*, de 1832, sobre o *tipo*:

[...] O modelo, entendido no sentido de execução prática, é um objeto que deve ser repetido tal como é; ao contrário, o “tipo” é um objeto a partir do qual cada artista pode conceber obras que não têm qualquer semelhança entre si. Tudo é preciso e específico quando se trata do modelo, enquanto tudo é mais ou menos vago quando se trata do “tipo” [...].

Rafael Moneo (1978), baseado nessas palavras, determina o *tipo* como uma *ordem formal e estrutural*, que pode ser agrupar características semelhantes ou destacar o que é de caráter distinto, aceitando o conceito de *tipologia* como uma ferramenta criativa e interpretativa, considerando sua dinâmica e intensidade no processo projetual.

Dentro do campo do pensamento arquitetônico contemporâneo, a tipologia pode indicar um instrumento (a partir da consideração histórica do tipo), ou um princípio arquitetônico (a partir da sua abstração de sua transformação histórica) na seleção de seus objetos históricos e sua aplicação teórica como ferramenta de análise projetual ou análise histórica arquitetônica.

Na definição de Argan (1963), o *tipo* é *a estrutura interior de uma forma ou (...) um princípio que contém uma possibilidade infinita de variação formal e de eventual modificação da estrutura do tipo em si mesmo*, portanto o tipo proporciona uma origem

à articulação criativa arquitetônica, justificando a existência de uma referência inicial à um modelo final, dispensando o jogo entre imitação e invenção como princípio formal.

Tipologias formais, ou de estilo, foram abordadas pelo crítico e historiador da arte suíço Heinrich Wölfflin, que tomava o aspecto visual como fonte de seleção de seus objetos de estudo e não de periodização, priorizando o desenvolvimento interno dos estilos frente ao contexto cultural e a compreensão dos conceitos básicos da história da arte. O *tipo* seria resultado de estudos comparativos de unidades históricas dos períodos renascentista e barroco, formando uma teoria de transição.

Nikolaus Pevsner, historiador da arte britânico, analisava as tipologias funcionais como unidade para organizar a sua seleção histórica arquitetônica. Em sua obra *A History of Building Types*, de 1976, o conteúdo engloba a história da arquitetura no ocidente entre o final do século XVIII e o século XIX. O livro permite múltiplas interpretações, sinal da riqueza da publicação e do autor, que se propôs a identificar unidades históricas arquitetônicas, e a seu modo, narrar a partir de uma abordagem pela tipologia funcional. No prólogo justifica a ordenação como *uma prova da evolução tanto de seu estilo como de sua função; o primeiro, tema da história da arquitetura, e o segundo, da história social* (PEVSNER, 1976, p. 14).

Pelos entremeios de definições acerca de tipologia, é possível compreender a continuidade em uso e interpretação do *tipo* em padrões historiográficos, associados a exemplos arquitetônicos, a características de forma, a períodos e desenvolvendo vínculos entre significado e a funcionalidade.

Linguagem

Na última metade do século XIX, a racionalização das funções em planta passa a ser o ideal de organização espacial, constituindo uma linguagem simbólica na arquitetura. O arquiteto Jean-Nicolas-Louis Durand integra a reformulação dessa linguagem arquitetônica por meio de suas publicações¹, o que abriu caminho para a revolução do movimento moderno décadas depois. A partir de Durand, do ecletismo e do pós-modernismo, a linguagem que antes era associada estruturalmente a um tipo formal e uma série limitada de variações, agora passa a ser uma entidade independente, com seu próprio ordenamento em categorias.

Waisman (2013, p.121-122) contextualiza os *signos* no desenvolvimento de uma linguagem organizada sobre o ponto de vista do antropólogo estruturalista Claude Lévi-Strauss, ao qual, se analisado sob o ponto de vista dos vários sistemas de uso por povos primitivos, crê que *os esquemas conceituais são forçados constantemente para introduzir elementos retirados de outras partes; e [...] esses acréscimos, frequentemente, acarretam a modificação do sistema*, algo que acontece no desenvolver das linguagens arquitetônicas que fazem um empréstimo de sistemas naturais para suas definições de colunas, entablamentos, capitéis, nervuras, etc, sofrendo variações conforme proporções, disposições e sintaxes. A autora explora a ideia ao discutir que *a história do desenvolvimento da linguagem na arquitetura ocidental está marcada por essas experiências pessoais ou grupos artísticos que precipitam ou condensam formas de interpretar a realidade, próprias da cultura de uma época*.

¹ *Recueil et parallele des edifices de tout genre anciens et modernes, remarquables par leur beaute, par leur grandeur ou par leur singularite* (2 vols., Paris, 1800), *Precis des legons d'architecture donnees d l'École Polytechnique* (2 vols., Paris, 1802-5) e *Partie graphique des cours d'architecture faits d l'École Royale Polytechnique* (Paris, 1821).

Na história da arquitetura, a produção desses signos arquitetônicos é definida por indivíduos ou grupos de decisão. Brunelleschi e Durand produzem revoluções linguísticas, o primeiro ao estabelecer os princípios geométricos da representação do espaço segundo a visão humana, que passa a ser dominante nas artes e na arquitetura com a perspectiva. Já Durand transforma os meios de classificação das tipologias arquitetônicas, apresentadas em suas publicações, onde a arquitetura passa do conceito de decomposição e recomposição a componentes e grelhas.

A análise da linguagem arquitetônica sugerida por Waisman (2013) segue três abordagens: a primeira é morfológica (estrutural ou a-estrutural), que destaca ou produz a estruturação do espaço, podendo ou não destacar elementos construtivos. Do ponto de vista eurocêntrico adotado pela autora e que também conduz a presente discussão, o exemplo é a própria arquitetura europeia, exceto os períodos do barroco ao racionalismo, que elabora conceitos espaciais baseados em métodos racionais e analíticos. A morfologia a-estrutural não apresenta organização racional ou construtiva do espaço ou referências ordenadoras.

A segunda é *funcional*: como um instrumento de pensamento ou de comunicação, a linguagem relaciona-se com as intenções do autor, qualificando o processo filosófico ou artístico. Há a seleção e configuração da linguagem e posterior expressão material, em textos ou edifícios, variando em valores e significados, possuindo ou não referências históricas, sociais, literárias, etc. O movimento construtivista russo é um exemplo, com a finalidade de criação de uma nova arquitetura para uma nova ordem social, segundo uma nova realidade livre de estruturas do passado.

A terceira é *conforme seu referente*. Nesse caso, a imagem substitui a linguagem estruturada e estruturante. A arquitetura é expressa por imagens bidimensionais (fotografias, desenhos, croquis, em publicações, exposições, galerias, museus), substituindo a memória de um objeto real. Uma tendência contemporânea é a leitura de imagens em substituição à leitura textual das ideias, prejudicando o pensamento autônomo e resultando na superficialidade da informação.

Conceito

O conceito aplicado à arquitetura, pode classificar uma ideia, pensamento ou noção que norteia a práxis ou a teoria arquitetônica. O processo projetual, a identidade de uma obra, um conjunto de obras ou as características comuns na obra de um arquiteto podem ser definidas conceitualmente e expressar os significados do artefato único ou de suas variações.

O caráter ou expressão de qualquer edifício só pode ser alcançado se for uma expressão total. Como qualquer obra de arte, deve ser dominado por um conceito forte e simples. Todas as suas partes devem ser uma parte ativa de uma atitude dominante. Essa é a verdade, sejam os elementos e decisões importantes, primários, como sistemas de planos e estruturais, ou secundários, como a cor do interior e as maçanetas das portas. Este desafio de fazer de um edifício uma expressão total parece-me o mais intenso e difícil. Mas é o que eu acho que mais devemos nos preocupar. (SAARINEN; SAARINEN, 1962, p.10, tradução nossa)

²Peter Eisenman publicou o artigo *Notes on Conceptual Architecture: Towards a Definition* em 1970 no periódico *Design Quarterly*, que promoveu edição exclusiva sobre o tema e definições para *Conceptual Architecture*. O autor John Margolies convidou 11 artistas e arquitetos para essa discussão em que pedia suas abordagens visuais próprias.

O edifício acabado como produto é menos importante na arquitetura conceitual do que as ideias que o determinaram, ideias que podem ser representadas por textos, diagramas ou instalações de arte. Arquitetos que trabalharam nesse sentido foram Le Corbusier, Louis Kahn, Frank Lloyd Wright, Diller + Scofidio, Bernard Tschumi, Peter Eisenman² e Rem Koolhaas.

Louis Kahn (2010) defende o *conceito* como início projetual e intransmutável, enquanto a forma e o programa arquitetônico podem ser flexíveis. Frampton (2004, p.245) analisa que, para o arquiteto, o *edifício permanece um ato espiritual*. Em artigo publicado pela revista *Perspecta* (1953) Kahn discute junto a Johnson, Scully, Belluschi e Weiss a responsabilidade no papel dos arquitetos e ressalta o tópico sobre a validade conceitual no projeto de F. L. Wright para a torre do complexo da Johnson Wax (1936-39):

Tem a ver com toda a complexidade de fazer a arquitetura funcionar no sentido psicológico. Funciona porque é muito motivador. Ele preenche os desejos e as necessidades. E assim a torre deve funcionar, como satisfação psicológica[...]. Foi o incrível problema de um homem que quer um edifício bonito, mas a única coisa que ele precisa construir é um laboratório. Wright o concebe como uma torre. Não funciona, mas não tem que funcionar. Wright concebeu a forma muito antes de saber o que iria ocorrer dentro dela. Afirmando que é onde a arquitetura começa, com o conceito . (KAHN; WEISS; SCULLY, 1953, p.47, tradução nossa)

Para a produção de conceitos em arquitetura uma série de métodos se destacam como ideias arquitetônicas: conceitos que podem ser reduzidos a uma preocupação arquitetônica formal, espacial, compositiva e criativa, como analogias, metáforas, essências, conceitos programáticos, ideais ou valores, temas ou princípios.

Exemplo de princípios arquitetônicos é a construção teórica de Le Corbusier, como a divisão do edifício em volume, superfície e planta e seus *cinco pontos para uma nova arquitetura* que reinterpretam os elementos arquitetônicos tradicionais (COLQUHOUN, 2004). Colquhoun (2004) reforça o uso do *parti* (partido) e o *esquisse* (croqui) como produtos conceituais e gráficos de um método particular de instrução desenvolvido na *École des Beaux-Arts* durante o século XIX, que visava o desenvolvimento da capacidade e da habilidade conceituais do arquiteto para propor ideias geradoras e esboços preliminares na configuração de um edifício. Seja nas primeiras horas de trabalho em um projeto ou ao longo de todo o processo projetual, esses mesmos conceitos eram mantidos e desenvolvidos até a apresentação final. Além disso, haviam os *precedentes*, que estimulavam o arquiteto a buscar em sua memória artefatos que respondiam a seus critérios conceituais e que serviam de modelo para uma nova solução ou composição formal e teórica. Le Corbusier se utilizou desse método em seu projeto para as *Unité d'habitation* ao resgatar os precedentes da cabana primitiva (continuidade natural), da embarcação marítima (conveses e vistas) e da estante de garrafas (estrutura de sustentação modular) (VOORDT; WEGEN, 2013).

Beleza

Desde a tríade de princípios de Vitruvius – *firmitas, utilitas, venustas* – a questão da estética e da formação de juízo de valor é relacionada ao campo arquitetônico. A divisão entre a compreensão mental científica e a compreensão artística, que analisa

emocionalmente ou intuitivamente, fundamenta a racionalidade que a arquitetura deve apresentar. De um lado, existem os critérios construtivos e metodológicos que operam a práxis ou a teoria projetual de seu executor; e de outro lado, estão os valores, as criações e as ideologias. O resultado obtido é uma série de dualidades: razão/emoção; ordem/desordem; necessidade/liberdade; universal/particular, entre outros (COLQUHOUN, 2004). Esses apontamentos, ao longo da história cultural e humana, mudam de definições e de padrões; portanto a forma de ver o belo na arquitetura é dinâmica e complexa, e varia de acordo com os pensamentos e ideologias dos contextos históricos.

Além da percepção de quem o vê, a beleza está contida na intenção de seu criador. O historiador da arte Ernst Gombrich (2018) ressalta que o fascínio presente em um artefato artístico não se encontra na beleza de seu tema, mas na forma que foi criado pelo autor.

O belo, na arte e na arquitetura, pode ser tratado como essa transformação entre linguagens. Puls (2006, p.10) argumenta que *inicialmente absorvido pelo ambiente, o homem se afasta das coisas e por isso se torna capaz de designá-las pela linguagem*. Mas na distinção entre os dois objetos de análise, o edifício nunca está desassociado de seu entorno, de seu cenário físico, da sua função e de seus usuários.

A tradição clássica resulta em padrões de beleza baseados nos princípios da razão, da proporção e da harmonia, que os tratados de arquitetura, tais quais de Alberti e Vignola, produzidos nos séculos XVI e XVII, ressaltam na arquitetura dos exemplos gregos e romanos constituídos pelas ordens clássicas, que depois retornam ao cerne da beleza junto ao Renascimento italiano.

O escritor e filósofo Umberto Eco, traz em seu livro *História da Beleza* (2004) um estudo temporal em seus capítulos, partindo da mesma ideia de juízos e de transformações ao longo do tempo, decorrentes de influências dos campos da filosofia, da literatura, das artes em geral e dos traços específicos, humanos e culturais.

Eco parte do ideal na Grécia Antiga, onde junto ao pensamento de Gombrich (1951; 2018), traz sua perspectiva de beleza ocidental através da junção de artefatos da arte e da literatura, e como a proporção contida nos corpos humanos transpassa o belo na ordem compositiva. Destaca a Idade Média e a busca pela técnica do uso da luz e das cores como forma de alcançar a beleza, ressaltando a diferença que a iluminação é capaz de proporcionar dentro de uma construção ou na percepção humana, comparando o românico da antiguidade tardia com o gótico medieval e suas catedrais.

O pensamento estético renascentista advém tanto da referência da natureza ao imitá-la nas formas, quanto da criação e inovação da visão e da representação do espaço, com o desenvolvimento da perspectiva. Escolas artísticas seguiram seus padrões, a exemplo do Barroco, no século XVIII, segue com a ideia da melancolia, enquanto a razão neoclássica era o símbolo de uma burguesia em ascensão (ECO, 2004).

As inspirações do século XX permitem novas relações de beleza e arte, com as correntes artísticas como o abstracionismo ou a pop arte ligadas ao desenvolvimento econômico industrial, ou novos meios de comunicação e mídia. A corrente moderna

e contemporânea na arquitetura, transmuta a materialidade da construção para o alcance do belo. O funcionalismo, o contexto social e econômico junto a novas formas de análise pelo usuário, permitem conexões fenomenológicas, expressas pelos sentidos e experiências humanas junto ao espaço arquitetônico e novas dimensões de enxergar a beleza. Le Corbusier, colocou em palavras essa possibilidade sobre seus ideais de arquitetura:

Você emprega pedra, madeira e concreto e, com esses materiais, constrói casas e palácios: isso é construção. A engenhosidade está em ação. Mas de repente você toca meu coração, você me faz bem. Fico feliz e digo: isso é lindo. Isso é Arquitetura. (LE CORBUSIER, 1960, p. 203, tradução nossa)

Significado

Para o historiador de arquitetura, o próprio conhecimento da produção arquitetônica é a resposta para a compreensão da história. A historiografia é o instrumento para a construção do significado da arquitetura – sua história – sem emissão de juízos e valores. A transmissão de significado pode ser interpretada conforme os conceitos, já mencionados, onde significado e tempo são intrínsecos. O *tipo*, por exemplo, por sua repetição de formas básicas (*arquétipo*), ou o *estilo* pelo uso de elementos invariantes, carrega de modo consciente ou inconsciente a continuidade histórica, na leitura de edifícios dentro da cultura de uma cidade ou de um povo. Waisman (2013) classifica o significado arquitetônico de três formas:

1. Significado ideológico: intenções conscientes e inconscientes, tomadas pelo arquiteto pelo uso dos elementos arquitetônicos, dependem da formação acadêmica do profissional, de forças produtivas e da cultura da época para a transmissão de valores históricos-humanos e de todos seus significados a cada período e a cada nível interpretativo.
2. Significado cultural: compreensão dos pontos de vista da sociedade e dos observadores (produtores ou críticos da obra) frente a uma obra como produto cultural de seu tempo, mas que possibilita reavaliações e novos significados continuamente com o desenvolvimento da matéria arquitetônica.
3. Significado social: leitura que se relaciona intrinsecamente ao decorrer da vida histórica da sociedade, seja um evento político, ideológico ou de estilo arquitetônico que pode ser lido concomitantemente por sociedades diferentes e com significados diferentes; a carga significativa depende dessa sucessão de circunstâncias históricas. A exemplo do neoclassicismo que no início do século XIX representava a liberdade política defendida pela Revolução Francesa e a independência nos Estados Unidos, enquanto ao final do século XX sua conotação foi transformada como símbolo de autoritarismo do poder político.

Entretanto devemos considerar a condição arbitrária do signo arquitetônico, que não é capaz de expressar a si mesmo sem que lhe seja atribuída determinada convenção de valores, sejam sociais, funcionais, formais, culturais entre outros. Suas motivações autorais carregam esses significados junto às formas arquitetônicas, em processos de recodificação sobre diversas perspectivas ideológicas. Assim um significado social

é resultado de uma visão subjetiva coletiva de consenso da percepção de um grupo para quem produz a obra, para quem usa a obra, para quem aprecia a obra em sua própria época, para quem a observa de uma distância temporal ou cultural e para quem a faz referência histórica arquitetônica.

Biografia

Outro conceito instrumental para a classificação temporal da história arquitetônica pode ocorrer com base biográfica, associando-a com a vida e com as obras de um arquiteto individualmente. Esse tipo de organização narrativa desenvolve-se de acordo com evidências, intenções e perspectivas do trabalho da vida do arquiteto, como sua personalidade e formação acadêmica, influências, genealogias profissionais e artísticas ou pelas circunstâncias culturais, históricas e geográficas ao longo de sua vida.

[...] a tradição de escrever retratos biográficos de artistas, incluindo algumas figuras que agora identificamos como arquitetos, ofereceu um modelo importante para uma história da arquitetura acadêmica que surgiu no final do século XIX. [...] Comparava a história da arquitetura com a história dos arquitetos. [...] O gênero vida-e-obra da história da arquitetura é uma forma persistente de explicar as contribuições do indivíduo para a história. (LEACH, 2010, p.52, tradução nossa)

A relação entre obra de arte à determinante biográfica do autor é expressa na obra *Vite (Vidas)* do pintor e arquiteto italiano Giorgio Vasari, publicada no século XVI, e narra a vida de artistas renascentistas, associando descrição, retratos e técnicas da época. A mesma associação entre arte e artista pode ser transposta à arquitetura e aos edifícios. Segundo Leach (2010), parâmetros como o nascimento e morte de um arquiteto podem ser determinantes na continuidade e conexões de fatos e objetos arquitetônicos, seguindo a mesma progressão dos estágios de vida do arquiteto e as influências externas que agiam sobre ele em cada etapa. Assim, o conjunto de obras biográficas de determinado arquiteto pode dar origem a temas arquitetônicos que persistem e permanecem na história da arquitetura, além de estimular alinhamentos com outros arquitetos que compartilhem esses mesmos interesses profissionais ou artísticos.

Exemplos históricos se desenvolvem ao associar a vida de Brunelleschi ao narrar o Renascimento, Borromini para o Barroco, da mesma forma ao tratar o Iluminismo seguindo a vida de Thomas Jefferson e, no século passado, o Movimento Moderno pelas atividades de Le Corbusier, ou da Bauhaus por Walter Gropius. Ao recordar qualquer dessas personalidades, evocamos a bagagem historiográfica acerca dessas associações biográficas a suas unidades históricas.

Lugar geográfico

A fragmentação territorial segue a mesma linha de redutibilidade dos fatores biográficos já apresentados, onde a caracterização individual, de um arquiteto ou de um lugar geográfico, generaliza a classificação da unidade temporal. O historiador de arquitetura Peter Collins define que *[...] é possível dizer que um "lugar" (place, em inglês) (plaza, piazza) é a maior extensão do espaço com que um arquiteto é capaz de lidar como obra de arte unificada* (COLLINS, 2009, p. 289, tradução nossa).

O lugar passa a fornecer especificidades, características e experiências que relacionam essa presença espacial à ideia de *genius loci* – o espírito específico de um determinado local. A caracterização por um estado, uma região, um país, um reino, por uma corrente nacional ou internacional, por um limite ou fronteira geopolítica poderia promover um histórico arquitetônico de maneira a restringir a interpretação do autor historiador ao contexto pontual de determinado território, nação, cultura ou língua.

A história da arquitetura de uma nação pode ser estudada como um campo distinto de conhecimento, apesar das complicações e compromissos óbvios que surgem inevitavelmente de nações modernas que compartilham fronteiras que foram sujeitas a vários graus de permeabilidade, ou que são introduzidas pela imigração e emigração. (LEACH, 2010, p.57)

A natureza da narrativa do autor historiador pode permear e emoldurar fundamentos geopolíticos conforme a história da arquitetura de uma nação contemporânea desenvolve-se. Diferentes graus de profundidade, de influência, de absorção ou apropriação cultural conferem características locais à escrita e à documentação dos objetos arquitetônicos. Exemplos entre nações colonizadoras e coloniais demonstram como uma mesma ideologia de difusão cultural pode, a partir da geopolítica, apresentar diferentes ritmos e resultados arquitetônicos, com uma série de alterações qualitativas entre dinamismos e mudanças históricas, disseminação da informação e renovação de formas ou simbologias arquitetônicas de maneira a manter ou romper valores.

Técnica

A estruturação temática do conhecimento arquitetônico permitiu, entre os autores historiadores, discussões e pesquisas de perspectivas conceituais em amplas abordagens do passado. A disciplina da arquitetura proporciona, pela sua possibilidade construtiva e material, a visão sobre os meios da técnica de edificar. O questionamento de como o desenvolvimento de tecnologias e a apreensão cultural desenvolveram meios, formas, ferramentas e o intelecto humano ao longo do tempo oferece respostas às demandas teóricas historiográficas.

A abordagem histórica apresentada em tratados arquitetônicos e manuais construtivos, desde a época de Vitruvius, conduz a narrativa de histórias arquitetônicas sobre a disponibilidade de recursos, as possibilidades do desenho como meio de projeto, diretrizes e ensino, sobre a tectônica e a construção de modelos, além de estabelecer instruções para outros arquitetos, sistematizar a realidade por meio de regras arquitetônicas, ou maneiras compositivas de dispor elementos construtivos, tais quais aberturas, vãos e circulação.

A tradição do ensino de arquitetura objetivando a técnica construtiva, desde exemplos da Antiguidade – como o erguimento das pirâmides do Egito, das estruturas megalíticas europeias ou a tradição do encaixe de estruturas de madeira orientais – narram, na história da arquitetura, as possibilidades advindas das estruturas como unidades arquitetônicas por meio do elenco de suas qualificações, habilidades culturais, conhecimento de tecnologias, uso de materiais, tarefas sociais e até mesmo pelo *status* da figura do arquiteto dentro de um período.

A atividade do arquiteto, assim como a institucionalização da profissão da arquitetura, se transformou e se estabeleceu ao longo dos séculos: *além de uma definição vaga de “arquitetura” como “a arte ou a ciência da construção”, não há uma definição unificada do termo que sobreviveu a mudanças na sociedade, na tecnologia ou nas instituições* (LEACH, 2010, p.69).

A própria condução da arquitetura pelo desenvolvimento das técnicas permitiu inovações e destaques em unidades arquitetônicas que se repetem de forma fiel na maioria dos livros de história da arquitetura, como o uso de concreto romano no Panteão de Roma e a construção da cúpula de *Santa Maria del Fiore* em Florença por Brunelleschi. Em exemplos modernos e contemporâneos, a Sagrada Família do arquiteto espanhol Antoni Gaudí (1852 – 1926) que se mantém em construção há mais de um século, mostra a aplicação, em um mesmo templo, da evolução nas possibilidades de edificação e nas soluções que diferentes habilidades temporais permitiram a um projeto de 1882; outro exemplo é a resposta arquitetônica ao desenvolvimento da complexidade conceptual e compositiva pós-estruturalista como os fractais, as dobras e os rizomas. Uma nova geometria e tecnologia se desenvolve por meio dos trabalhos e obras do arquiteto espanhol Carlos Ferrater (1944 -) e seu escritório OAB (*Office of Architecture Barcelona*), de Daniel Libeskind (1946 -) ou Zaha Hadid (1950 – 2016).

Esse novo universo da complexidade e sinuosidade geométrica arquitetônica só foi possível devido à transformação do processo de projeto e da representação arquitetônica advinda dos computadores:

Andrea Palladio, Karl Fridrich Schinkel e os arquitetos modernos ou do pós-guerra estavam mais próximos dessa maneira de projetar que todos os arquitetos contemporâneos. A passagem do desenho na prancheta ao computador, do analógico ao digital, foi tão radical quanto a invenção da perspectiva durante o Renascimento. (MONTANER, 2016, p. 22)

A assessoria digital possibilitou nova argumentação e justificativa às formas, possibilitando controlar, por meio da tecnologia, as técnicas e as habilidades a serem empregadas na arquitetura.

Paradigma

O conceito de *paradigma* arquitetônico se baseia na discussão ensejada pela autora Kate Nesbitt em sua obra *Uma Nova Agenda para a Arquitetura* (2013), uma antologia sobre teoria contemporânea que cobre os anos de 1965 a 1995, e segue o princípio da *influência de paradigmas externos à arquitetura, principalmente os provenientes da literatura, como a semiótica e o estruturalismo* ao reexaminar a disciplina com recursos e abordagens interdisciplinares – políticas, éticas, linguísticas, estéticas e fenomenológicas – em resposta ao reducionismo e repetição de convenções traçadas no movimento moderno na década de 1960.

Desenvolvem-se abordagens por autores arquitetos e autores historiadores de narrativas arquitetônicas voltadas a *paradigmas de pensamentos* de outros campos acadêmicos, sem uma teoria predominante, mas a fusão de visões. Nesbitt denomina esse período pluralista de *pós-moderno*, onde a organização temática e paradigmática de publicações,

ao contrário de organizações cronológicas, expõe *relações substantivas entre diferentes manifestos e polêmicas*, externando conexões entre temas, autores e suas obras.

A partir de meados da década de 1960, desenvolve-se na arquitetura uma teoria marcada pela interdisciplinaridade e pela gama de paradigmas críticos associados ao pensamento arquitetônico. A expansão de perspectivas teóricas e a complexidade da prática arquitetônica tornam possível a não limitação de temas, autores e textos a uma única corrente paradigmática. A importância da estruturação narrativa destaca-se nesse conceito de continuidade por possibilitar apresentar um mesmo paradigma por diversas intertextualidades históricas e teóricas arquitetônicas. Essa natureza pluralista do paradigma ressalta as diferentes posições na estratégia autoral ao denominar sua organização e seleção de *argumentos*.

O exame que Nesbitt (2013) apresenta em sua obra já citada, seleciona *paradigmas teóricos* ou *enquadramentos ideológicos* que configuram a teoria arquitetônica conforme relevância na determinação de *marcos teóricos* que serão peças-chave na reflexão sobre os objetos arquitetônicos e no debate temático, são eles: a fenomenologia, a estética, a teoria linguística (semiótica, estruturalismo, pós-estruturalismo e desconstrutivismo), o marxismo e o feminismo.

Montaner (2016) justifica a revisão temática e crítica da arquitetura como uma série de correntes advindas da evolução da arquitetura, repensando a produção arquitetônica desde a década de 1970, que comprovam aspectos ultrapassados, renovados, além de novos conceitos e movimentos.

A possibilidade de linguagens contemporâneas de representação gráfica viabilizou experiências teóricas e práticas compositivas. Os termos *função* e *programa* passam a vigorar dentro da estruturação de autores na descrição e elenco de suas unidades históricas, principalmente em livros de história da arquitetura moderna e pós-moderna. A conceituação pelo uso-usuário, pela atividade-necessidade, atende a uma visão mais próxima do ensino acadêmico de arquitetura.

Considerações finais

Os conceitos instrumentais de análise do conteúdo arquitetônico em livros de história apresentados neste artigo, seguindo as ideias de duração histórica e fragmentação do tempo, dão a base para a compreensão da documentação histórica arquitetônica ocidental através da compreensão autoral na epistemologia arquitetônica. A identificação da natureza de cada abordagem revela uma série de influências e acontecimentos no campo autoral da composição narrativa.

A sistematização dos estudos históricos fundamentada pela observação, identificação, pesquisa e registro não deve meramente reproduzir acontecimentos, pela impossibilidade de transmissão da totalidade dos fatos, mas selecionar, ainda que reduzindo e selecionando seus objetos, para uma dimensão que seja compreensível e possa se transformar em conhecimento.

Portanto, um autor, ao documentar sua visão da história da arquitetura não simplesmente narra eventos, mas constrói uma complexa rede epistemológica arquitetônica. É

fundamental a organização, articulação, valorização e registro pelo qual o autor historiador dará sentido a um panorama particular traçado por sua *sucessão de juízos* (DE FUSCO, 1974, p.77) atribuídos a uma voz histórica e produzindo argumentos discursivos arquitetônicos relacionando unidades históricas.

O problema historiográfico é delimitado através da interpretação ou caracterização do fato histórico, produzindo bases para o desenvolvimento do conteúdo de uma publicação. Assim o narrador, conforme condições historiográficas, fragmenta sua continuidade temporal e inclui esse fato histórico em unidades históricas, desenvolve relações com outros fatos e acontecimentos, estabelece conexões com outras disciplinas, outros autores, outros sistemas e estabelece *juízo histórico* conforme sua análise de significados. Instrumentos de análise podem ser emprestados da história da economia, das ciências sociais e da geografia, como quando o local geográfico passa a ser determinante para a compreensão dos acontecimentos.

Através da produção historiográfica, a história pode ser reescrita continuamente e a historiografia permite a *leitura* de objetos históricos por dois modos temporais: no presente – como matéria resultante do momento de sua concepção – e no passado - como referência ou precedente. As possíveis leituras históricas são diretamente conectadas com a ideologia e a intenção do historiador autor: elas são as respostas às suas seleções de objetos arquitetônicos de estudo, aos seus instrumentos críticos e aos seus recortes temáticos e temporais, definindo a estrutura textual historiográfica de sua obra.

A partir dessa estrutura, o leitor desenvolverá uma interpretação própria de fatos, significados, inter-relações ou não-associações, formulando, por fim, seu próprio juízo, sua própria versão dos acontecimentos e sua própria rede teórica do conhecimento arquitetônico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) através da concessão de bolsa de estudo de Doutorado - Código de Financiamento 001 – 05-P-04777-2018.

Referências bibliográficas

- ACKERMAN, James Sloss. I. Style. In: ACKERMAN, James Sloss. *Distance Points: Essays in Theory and Renaissance Art and Architecture*. London: MIT, 1994, p.3-22.
- ARGAN, Giulio Carlo. On The Typology of Architecture. *Architectural Design*, n. 33, p.564-565, dez. 1963.
- ARNOLD, Dana. *Reading Architectural History*. USA, Canada: Routledge, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos Sobre a História*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1978.
- CASSIRER, Ernst. *Las Ciencias de la Cultura*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1942 *apud* WAISMAN, Marina. *O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- COLLINS, Peter. *L'architecture moderne: principes et mutations, 1750-1950*. Marseille: Parentheses, 2009.
- COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

- DE FUSCO, Renato. *Historia y estructura: teoría de la historiografía arquitectónica*. Madrid: Alberto Corazón, 1974.
- EISENMAN, Peter. Notes on Conceptual Architecture: Towards a Definition. *Design Quarterly*, n. 78/79, pp. 1–5, 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4047397>>. Acesso em 28 nov. 2019. doi: 10.2307/4047397
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1974.
- _____. *História da Beleza*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.
- FOCILLON, Henri. *The life of forms in arts*. New York, NY: Zone, 1996.
- FRAMPTON, Kenneth. *Modern Architecture: A Critical History*. Singapore: Thames & Hudson, 2004.
- GOMBRICH, Ernst Hans Josef. *The Story of Art*. New York: Oxford University Press, 1951. Disponível em: <<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.29158/page/n5>> Acesso em 19 jul. 2019.
- _____. *A História da Arte*. [s. L.]: LTC, 2018.
- KAHN, Louis Isadore; WEISS, Peter; SCULLY, Vincent Joseph. On the Responsibility of the Architect. *Perspecta*, vol. 2, pp.45-57, 1953. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1566824>>. Acesso em 17 jul. 2019. doi:10.2307/1566824
- KAHN, Louis. *Forma e design*. 1ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LE CORBUSIER. *Towards a New Architecture*. New York; Washington: Praeger, 1960.
- LEACH, Andrew. *What is Architectural History?* Cambridge: Polity Press, 2010.
- MONEO, Rafael. On Typology. *Oppositions*. n.13, Summer 1978, pp. 22-43.
- MONTANER, Josep Maria. *Arquitetura e Crítica*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014.
- _____. *A Condição Contemporânea da Arquitetura*. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.
- NESBITT, Kate. (org.) *Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- PEVSNER, Nikolaus. *A History of Building Types*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1976.
- PULS, Mauricio. *Arquitetura e Filosofia*. [s.L.]: Annablume, 2006.
- SAARINEN, Eero; SAARINEN, Aline B. (Ed.). *Eero Saarinen on his work*. New Haven and London: Yale University Press, 1962.
- VOORDT, Theo. J. M. van der; WEGEN, Herman. B. R. van. *Arquitetura sob o olhar do usuário: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- WAISMAN, Marina. *La estructura histórica del entorno*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1972.
- _____. *O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Recebido [Fev. 15, 2021]

Aprovado [Fev. 03, 2022]